

## HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NA CIDADE DE DUQUE DE CAXIAS: A CIDADE DOS MENINOS E SEU PROJETO DE ASILAMENTO DA INFÂNCIA DESTITUÍDA DO CONTROLE DA FAMÍLIA

**Márcia Spadetti Tuão da Costa<sup>1</sup>**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ  
mardetti.tuao@gmail.com

**Renata Spadetti Tuão<sup>2</sup>**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ  
spatuao@hotmail.com

### RESUMO

Esse artigo é um recorte do projeto de doutoramento em que se procura analisar os processos educativos, desenvolvidos na cidade de Duque de Caxias, no período entre 1943 e 1990, voltados para o asilamento de crianças e adolescentes em situação de desresponsabilização do núcleo familiar pelo seu controle e cuidado. Identifica-se a criação de uma instituição de asilamento dessa infância no município, dirigida pela Fundação Abrigo Cristo Redentor em aliança com o Estado, que recebeu o nome de Cidade dos Meninos. A instituição em questão foi operacionalizada no município de Duque de Caxias, recém-emancipado (1943), em um contexto de industrialização e de urbanização, em fase inicial. Em decorrência dessa conjuntura, o município apresentava crescimento desordenado, sobressaltando o quantitativo de crianças em ‘situação de rua,’ sendo retratada pelos jornais da cidade, no período, como um problema para o embelezamento da área central da cidade e para a segurança da população. Dessa forma, o Estado assumiu o tratamento dessa infância através de políticas que relacionavam assistencialismo e educação. Os pressupostos filosóficos defendidos pelo Laboratório de Biologia Infantil (1937), nos moldes do governo fascista da Itália, estavam presentes nesse modelo de política assistencial desenvolvida pelo Estado varguista. Objetiva-se, identificar as características fundamentais do projeto educativo idealizado por Darcy Vargas para essa infância, entre os primeiros anos de sua institucionalização até 1950, período em que a Fundação Abrigo Cristo Redentor assumiu sua direção, relacionando-as com os aspectos presentes em sua materialização, a fim de analisar as relações sociais que interferiram tanto na sua constituição, quanto na sua manutenção no território. Para tanto, convém compreender as singularidades que constituem essa instituição educativa (SANFELICE, 2017), em sua correlação com as questões econômicas, políticas e sociais que condicionaram tanto a sua criação, quanto o desenvolvimento de um projeto de educação a partir do trabalho (CIAVATTA, 2002). Para isso, recorre-se a relatórios, ofícios e fotografias produzidas pela instituição educativa, assim como as leis publicadas em nível federal, estadual e municipal que procuraram conferir marcos legais para a operacionalização pelo Estado. As publicações sobre Levy Miranda (1977) e Cidade das Meninas/Darcy Vargas (1942) se constituíram em documentos que indicam os elementos do projeto educativo para a infância ‘desvalida,’

<sup>1</sup>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd), mardetti.tuao@gmail.com.

<sup>2</sup>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHEd), spatuao@hotmail.com.

Nossos estudos apontam que os fundamentos dos processos que instituíram a Cidade dos Meninos, no território duque-caxiense, como política pública iniciada no governo Vargas, corresponderam à necessidade de controlar a infância ‘desvalida’ por meio da relação entre trabalho e educação, atrelando as exigências dos comerciantes locais com o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro por meio dos alimentos cultivados pelo trabalho sem remuneração das crianças e adolescentes asilados.

**Palavras-chave:** Instituições Educativas. Cidade dos Meninos. Infância Desvalida.

## Introdução

Este artigo é fruto de um recorte da pesquisa de doutoramento que investiga os processos educativos desenvolvidos no município de Duque de Caxias no período de 1938 a 1990 destinados à infância ‘desvalida’<sup>3</sup>. Ele se insere no trabalho que tem sido desenvolvido através do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias (CEPEMHED)<sup>4</sup> – primeiro, no que tange a identificação dos processos educativos desenvolvidos na cidade de Duque de Caxias e segundo, acerca do acesso aos documentos que contribuem para a pesquisa em curso. Esse artigo se insere no debate acerca dos processos educativos em Duque de Caxias, a partir da análise das fotografias produzidas sobre a Cidade dos Meninos, entre 1938-1980.

Na primeira parte do texto, situa-se a conjuntura de criação da Cidade dos Meninos na cidade de Duque de Caxias, referindo-se aos aspectos históricos e sociais que levaram a criação de uma estrutura institucional de asilamento de crianças e de adolescentes destituídos do controle da família. E, na segunda, levantam-se os aspectos de permanência e descontinuidade entre a idealização do projeto da Cidade das Meninas e a implementação da Cidade dos Meninos no território.

Entende-se que cada instituição educativa tem sua história entrelaçada a fatores conjunturais e estruturais que a atravessam, constituindo dessa forma, os processos educativos de uma localidade (SANFELICE, 2016). A Cidade dos Meninos representa a materialização de uma política direcionada para as crianças e adolescentes destituídos do controle da família que precisavam ser contidas para que os ideais republicanos do Estado nacional livre pudessem ser difundidos, assim como o trabalhador nacional pudesse ser formado em consonância com os ideais liberais. Nesse sentido, o estudo acerca da história da Cidade dos Meninos se destina a

---

<sup>3</sup>Desvalida era um termo muito utilizado no início do século XX para denominar a criança e a juventude em situação de rua.

<sup>4</sup>O CEPEMHED foi criado na cidade de Duque de Caxias, no ano de 2004, a partir da reivindicação dos profissionais da educação preocupados com a salvaguarda do patrimônio histórico na cidade de Duque de Caxias. Seu trabalho se desenvolve a partir do entrelaçamento de três importantes eixos: a pesquisa, o arquivo e a formação. Tem como objetivo de trabalho registrar os processos educativos que se desenvolveram na cidade de Duque de Caxias e na Baixada Fluminense, ao longo da sua história, na relação com as políticas públicas educacionais e os seus desdobramentos nas relações sociais.

buscar as origens do seu desenvolvimento no tempo, evidenciando as permanências e as discontinuidades com o projeto idealizado por Darcy Vargas por meio da observação das alterações arquitetônicas, da identidade dos sujeitos que a habitaram, das práticas pedagógicas ali realizadas e de tantos outros aspectos que a tornam uma instituição educativa (SANFELICE, 2016).

Para este artigo foram selecionadas quatro fotografias, uma oriunda do Álbum de Dom Odilão e três do Álbum da Fundação Abrigo Cristo Redentor. A análise dessas fotografias entrecruzada com os relatórios a que tivemos acesso, procura responder a questão central proposta neste artigo: por que foi criada uma instituição de asilamento de crianças e de adolescentes destituídos do controle da família na cidade de Duque de Caxias?

Aponta-se, aqui, as possibilidades de ampliação do uso da fotografia como fonte para as pesquisas em educação, sobretudo aquelas em que se busca compreender a história das instituições educativas. A fotografia capta fragmentos de uma realidade que, em determinado tempo e espaço, se pretendeu evidenciar ou apagar.

O trabalho com as fotografias, neste artigo, foi provocado pela contextualização histórica dos acontecimentos que levaram à criação da Cidade dos Meninos e pelo entrecruzamento com outras fontes documentais como relatórios e memoriais, procurando ir além da pura representação. Acredita-se que os registros fotográficos produzidos sobre a Cidade dos Meninos indicam os pressupostos contidos na gênese da instituição educativa, revelando os enlaces e as alianças políticas, assim como os objetivos desse projeto. Procura-se partir da aparência imediata da imagem em direção às mediações que a constituem, procurando o que se encontra oculto ou fragmentado (CIAVATTA, 2011).

### **Condicionantes sócio-históricos do projeto de asilamento da infância destituída do controle da família**

A infância destituída do controle da família – também chamada de menor abandonado pelos documentos oficiais da época – foi alvo de políticas que tentavam solucionar o problema da questão social. O fato era que a população de crianças e de adolescentes que se encontravam em situação de rua nas cidades recém-instaladas, sem o controle da instituição da família<sup>5</sup> se configurava como um problema para a classe dominante local, sobretudo no que tange à violência e à especulação imobiliária. Ainda cabe ressaltar a preocupação em tornar-se um

---

<sup>5</sup> Parte-se da noção desenvolvida por Engels (2008) acerca dos vínculos entre economia, família e subordinação das mulheres no século XIX. Obra importante na formulação de uma teoria materialista acerca das bases da desigualdade fundamentada nos conceitos de produção e de reprodução, que é capaz de explicar os vínculos entre a subordinação das mulheres e a família como unidade de reprodução econômica.

“Estado nacional” livre incorporando-se às intervenções imperialistas necessárias ao aprofundamento do modo de produção capitalista nas antigas colônias.

Duque de Caxias<sup>6</sup> – localizado a vinte e um quilômetros da cidade do Rio de Janeiro – serviu ao propósito de conter o aumento de crianças e adolescentes destituídos do controle da família para o centro da cidade do Rio de Janeiro, assim como a propagação dessa população no centro da cidade que se formava no território de Duque de Caxias, emancipado politicamente no ano de 1943. Em especial, pelo rápido crescimento populacional concentrado nas regiões que iniciavam seu processo de urbanização.

Duque de Caxias era uma região cuja grande parte do seu território era considerado agrário. Com o desenvolvimento da industrialização no Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias além de abastecer o Rio de Janeiro com a produção agrícola desenvolvida em seu território, passou a ser reconhecida como lugar de trânsito de comerciantes e, também, como “cidade-dormitório”.<sup>7</sup> Com a sua emancipação de Iguaçú, a classe dominante local almejava integrar-se às perspectivas de desenvolvimento industrial e urbano, o que anos mais tarde, se materializou, passando a integrar a Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro.<sup>8</sup>

Pode-se apontar que sua emancipação se encontrava inserida no projeto de consolidação nacional do Estado brasileiro, a partir de reformas administrativas impostas pelas políticas de intervenção desenvolvidas durante o Estado Novo e materializadas pelo Comandante Amaral Peixoto<sup>9</sup>. Destaca-se, ainda, como fatores que corroboraram para o desenvolvimento da região: a implantação da Estrada de Ferro Leopoldina que cortava o território de Merity<sup>10</sup> (1886); a instalação do Núcleo Colonial São Bento (1932); o crescimento populacional avolumado pelo Êxodo Rural; a proximidade com a capital do Brasil<sup>11</sup> e a implantação da Fábrica Nacional de

---

<sup>6</sup> “Duque de Caxias divide-se, atualmente, em quatro distritos e quarenta e um bairros, com uma população aproximando-se de um milhão de habitantes, sendo o terceiro município mais populoso do estado, ficando atrás apenas da capital e do município de São Gonçalo. Essa população concentra-se majoritariamente, nos distritos de Duque de Caxias (1º) e Campos Elíseos (2º), sendo que nos distritos de Imbariê (3º) e Xerém (4º) ainda são encontradas algumas características rurais” (BRAZ e ALMEIDA, 2010, p. 10).

<sup>7</sup> “Caxias [...] detinha a característica de dormitório com o fluxo pendular diário de trabalhadores em direção a cidade do Rio” (RODRIGUES, 2012, p. 34).

<sup>8</sup> “Duque de Caxias integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde 1974, deixando de ser apenas um simples subúrbio dentro da metrópole – uma cidade-dormitório – para ganhar status de grande centro comercial, industrial e urbano. E não só dentro da Região Metropolitana, mas em todo o estado do Rio, constituindo-se em uma das cidades não-capitais mais importantes do Brasil” (RODRIGUES, 2012, p. 34).

<sup>9</sup> Ernani Amaral Peixoto nasceu em 1905 no Rio de Janeiro. Na ditadura do Estado Novo, foi interventor do estado do Rio de Janeiro. Casou-se com Alzira Vargas. De acordo como site: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossie/Jango/biografias/ernani\\_amaral\\_peixoto](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossie/Jango/biografias/ernani_amaral_peixoto). Acesso em: 23 jan. 2023.

<sup>10</sup> Parte do território que atualmente, denomina-se Duque de Caxias, já foi chamado de Merity quando passou a oitavo distrito de Nova Iguaçu. Depois, foi chamado de Caxias e coma emancipação assinada por Amaral Peixoto através do decreto-lei nº 1.055, de 31 de dezembro de 1943 criou o município com três distritos: Duque de Caxias, Meriti e Imbariê.

<sup>11</sup> “O crescimento populacional de Caxias [...] foi uma das consequências do processo de industrialização” e demais setores da cidade do Rio de Janeiro estava passando. O alto índice de chegada de migrantes no Distrito Federal e [o fato de não conseguir] moradias populares [fez com que se alojassem] nas proximidades das estações

Motores – FNM (1942). Chama-se atenção ainda, para a ocorrência de intervenções nos rios que cortavam o município, como também, outras ações que inibiam a proliferação do mosquito da Malária e outras doenças que assolaram a população levando a um alto índice de mortalidade.

Neste artigo, chama-se atenção para a implementação do Núcleo Colonial São Bento (1932) – política do período de Vargas que foi responsável por parte da produção agrícola para a capital federal – como um elemento importante no trabalho de contenção do aumento da infância destituída do controle da família pelo centro da cidade. O Núcleo colonial São Bento foi instalado no território em 1932 através do decreto nº 22.226 para “lotear a Fazenda, colonizar, desobstruir o Rio de Janeiro e garantir o seu abastecimento alimentar” (COSTA, 2015, p. 8). A Fazenda São Bento funcionou por vários anos na região antes de ter parte de suas terras apropriadas pelo poder público para obras de tratamento dos rios e depois, foram decretadas como terras da União.

No Núcleo Colonial, havia uma sede, as casas do colono, um telégrafo, uma estação fitossanitária e duas cooperativas. Alguns prédios foram utilizados para organização e foram construídas setenta casas para os colonos. Havia um administrador do Núcleo que tinha como uma das suas tarefas, autorizar ou não, a entrada de visitantes das famílias instaladas nas terras da União. Tinha, ainda, um caminhão que fazia o transporte das pessoas para fora do Núcleo e o colono pagava pelo terreno no tempo de até dez anos (SOUZA, 2014).

O Núcleo Colonial São Bento funcionou entre 1932 e 1961. Faziam parte desse Núcleo sete glebas distribuídas da seguinte forma de acordo com o quadro 1. Notem que para cada gleba era destinado a produção de um gênero agrícola, tendo uma delas desenvolvido a fabricação de pólvora por meio de atividades industriais.

**Quadro 1** Distribuição das glebas do Núcleo Colonial São Bento

<b>GLEBA</b>	<b>DENOMINAÇÃO ATUAL</b>	<b>PRODUÇÃO</b>
1 <sup>a</sup>	Parque Fluminense	Plantação de laranja
2 <sup>a</sup>	Bairro Wona	Plantação de aipim e banana. Criação de aves
3 <sup>a</sup>	Cidade dos Meninos	Plantação de cana-de-açúcar e banana
4 <sup>a</sup>	Lote XV	Plantação de cana-de-açúcar e banana
5 <sup>a</sup>	Baby	Plantação de hortaliça, tomate, quiabo etc.
6 <sup>a</sup>	Amapá	Criação de gado, porcos, galinhas e abelhas
7 <sup>a</sup>	Vale do Ipê	Fábrica de Pólvora

Fonte: SOUZA,<sup>12</sup> 2014.

---

ferroviárias da Baixada Fluminense. Assim, Caxias foi uma dessas áreas afetadas por essa expansão populacional (RODRIGUES, 2012, p. 28).

<sup>12</sup> SOUZA, M. S. de. **Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.

Na Gleba que atualmente possui o nome de Cidade dos Meninos, funcionou uma instituição de asilamento de crianças e adolescentes destituídas do controle da família, entre 1947 e 1990, com a nomenclatura de Cidade dos Meninos. Aponta-se que seus pressupostos se encontravam contidos no projeto da Cidade das Meninas idealizada por Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954), cujo objetivo era a instalação dessa estrutura de asilamento nas terras do Núcleo Colonial São Bento, especificamente, no território que abrigava a Gleba cuja produção agrícola se voltava para a plantação de cana-de-açúcar e banana.

O projeto da Cidade das Meninas, segundo Rubens Porto (1942),<sup>13</sup> foi uma solicitação de Darcy Vargas por meio da Fundação Darcy Vargas (1938). De acordo com referido autor ainda, o público com o qual a Cidade das Meninas se ocuparia seria composto de “moças das classes menos protegidas da fortuna” conduzidas a partir da moral religiosa católica baseada no higienismo<sup>14</sup> e no eugenismo,<sup>15</sup> uma vez que se considerava “indispensável proteger e amparar a brancura luminosa das almas femininas” (PORTO, 1942, p. 20).

Tais pressupostos encontravam ressonância nos debates travados pelo campo científico da época considerados fruto da modernização. Dentre os congressos científicos internacionais instituídos no período acerca do debate da infância<sup>16</sup> em situação de pobreza, destaca-se o Primeiro Congresso Latino-americano de Criminologia.<sup>17</sup> Os acordos firmados pelo Brasil, na ocasião da participação em tal congresso indicavam a necessidade de implementar políticas que visassem a instalação de estruturas de asilamento cuja educação para o trabalho servisse como meio de contenção da infância destituída do controle da família.

Para tanto, tais estruturas deveriam cumprir exigências arquitetônicas próximas de uma cidade-jardim com casas-lares. As casas-lares serviriam para a “reeducação geral dos menores em estado de perigo” e que deveriam dar preferência a colônias agrícolas-industriais semelhantes às que existiam em outros países da América Latina (PORTO, 1942, p. 61). As

---

<sup>13</sup> Dr. Rubens Porto, nascido em 1910 (BOTAS, 2011), foi presidente do Secretariado Econômico-social da Ação Católica e teve função de destaque em várias atividades católicas (LIMA, 2015). Foi, também, engenheiro-arquiteto e chefe da Secretaria de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho (CNT).

<sup>14</sup> “No Brasil, o movimento higienista começou a se fazer presente entre o final do século XIX e início do século XX. Ele propunha a defesa da saúde, da educação pública e o ensino de novos hábitos higiênicos pela medicina social. Seus defensores diziam que a população saudável e educada é a maior riqueza de um país. (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2003). Com o empoderamento da burguesia no século XIX, tornou-se necessário a criação de condições para manter a hegemonia impedindo que a classe operária emergisse” (MILAGRES et al., 2018, p. 162).

<sup>15</sup> Eugenia é “racista, higienista, conservadora, anti-humana, em suma, expressão do conservadorismo da classe dominante, daqueles que precisam construir formas e meios para garantir seus privilégios de classe” (GÓES, 2015, p. 213). O objetivo expresso da eugenia “seria ‘melhorar a raça’ e, ao mesmo tempo, ‘impedir a degeneração’ humana. Assim a eugenia, [forneceu] bases pseudo-científicas” (MACIEL, 1999, p. 122).

<sup>16</sup> O termo infância empregado nesse texto engloba a adolescência, uma vez que nesse período não havia a utilização dessa diferença etária.

<sup>17</sup> Realizado em Buenos Aires de 25 a 31 de julho de 1938.

casas-lares seriam habitações que comportariam um pequeno grupo de meninas que com o tempo teria uma líder que seria responsável pelo grupo e seria oferecido o ensino familiar com os “serviços domésticos, a puericultura prática e a pequena cultura” (COSTA, 2017, p. 67). Esse formato de internação tinha por objetivo se aproximar do que seria vivenciado na organização familiar. O que se tornou realidade, no entanto, foi a construção de galpões em que o quantitativo de internos era, aproximadamente, entre de 89 e 167 crianças e adolescentes.<sup>18</sup>

Quanto à organização dos espaços instituídos no Projeto da Cidade das Meninas, teria ao centro – as habitações, os locais de trabalho e de estudo profissional; e ao final, ficariam localizadas a praça central com o edifício sede (administração e serviços coletivos), a igreja, o campo de diversões e de esporte. De todos esses espaços, na ocasião da sua implementação, identifica-se a permanência de alguns deles e se evidencia a construção da Igreja Católica Imaculada Conceição que teve instalado a sua frente o Cruzeiro como o critério de construção da FACR (Fundação Abrigo Cristo Redentor). Conforme se procurou demarcar na fotografia 1 que compõe o álbum de fotografias de Dom Odilão de Moura, capelão na Cidade dos Meninos e posteriormente, diretor do Patronato São Bento<sup>19</sup> (1959) instituído no município de Duque de Caxias, também, em outra gleba do Núcleo Colonial São Bento para asilamento de ‘menores’.

**Figura 1** Igreja Católica Imaculada Conceição na Cidade das Meninas e o Cruzeiro



Fonte: Acervo do Mosteiro São Bento digitalizado pelo CEPEMHEd.  
Coleção Patronato São Bento. Sem data. 01.4.

<sup>18</sup> Esse é o quantitativo de internos no Instituto Nossa Senhora da Paz e Instituto Dom Bosco respectivamente, de acordo com o Relatório da FACR de 1955. Acervo da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Relatório. 1955. 001.21.

<sup>19</sup>Para maiores detalhes sobre a instituição de asilamento Patronato do São Bento, indica-se a leitura da dissertação: COSTA, M.S.T.da. **Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969)**. 296f. Dissertação (Mestrado em Educação). Duque de Caxias/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2017.

Essa fotografia se encontra no Acervo do Mosteiro São Bento. Não há referência acerca do responsável pela captura da imagem. Aponta-se a preocupação em realizar o enquadramento da praça central com o cruzeiro a frente e a igreja ao fundo. Indica-se a relação entre o Estado e a Igreja Católica na condução das políticas para a infância desvalida. Desde o princípio de sua organização, há uma imbricação com seus membros religiosos como representantes nos conselhos responsáveis por sua institucionalização. Não há registro de data na fotografia, mas se infere que foi no início da instituição uma vez que as demais fotografias do álbum trazem várias etapas da construção dessa obra assistencial com foco maior na construção da Igreja.

Outro aspecto de relevância que constava no projeto se dirigia a grandiosidade em termos de território ocupado conferida à instituição de asilamento. O terreno da União utilizado para construção tinha uma grande proporção como está descrito no livro da Cidade das Meninas, “grande área de terreno, contando desde logo com cerca de três milhões de metros quadrados, serão distribuídos isoladamente os duzentos ou trezentos lares, com que a cidade se inicia” (PORTO, 1942, p. 21). Além, da quantidade de trabalhadores envolvidos na construção como Simili (2008) mencionou que eram em torno de cento e cinquenta para a construção do 15º pavilhão.

Em diversas partes do livro da Cidade das Meninas, Porto (1942) reafirmava a importância do padrão que a arquitetura deveria possuir, amparados nos debates e nos acordos firmados nos congressos internacionais. O projeto da Cidade das Meninas previa diferentes setores de trabalho nos quais as meninas trabalhariam, tais como: granjas, setor industrial, floricultura, apicultura, celeiro, estábulo, pasto, coelheira, pomicultura, plantação de legumes e hortaliças, entre outros. Estava reservado um espaço para o *playground* e o Ginásio, espaços bem menores em relação a quantidade de espaços para o trabalho que confirmava o objetivo principal da instituição, além do trabalho doméstico que a menina estaria submetida como aprendizado.

No livro escrito por Porto (1942), ao elencar as profissões nas quais as meninas se formariam, ele apresentou três subdivisões – agrícolas, domésticas e diversas – que não estavam relacionadas ao setor industrial. No que diz respeito às profissões agrícolas, foram identificadas a leitaria, a criação de aves, a jardinagem, a floricultura, a criação de coelhos etc.; às profissões domésticas, foram mencionadas a de copeira, de lavadeira, de arrumadeira, de ama seca, de passadeira (engomadeira), cozinheira – trivial, forno e fogão; às profissões diversas, eram corte, costureira (remendo), moda, bordado, renda, *crochets*, artísticos, cabelereira, brochura, cartonagem, encadernação, fabrico de cestos, flores, vendedora, tecelagem, tapetes etc.

Nota-se que a educação para o trabalho manual era um dos pressupostos defendidos pela instituição. Além da educação moral das jovens mulheres, reforçando as relações sociais instituídas ao gênero feminino com a definição de trabalhos que não eram destinados ao gênero masculino. O projeto da Cidade das Meninas tinha como principal objetivo a prevenção através da educação das “moças de hoje, filhas, irmãs ou noivas, [que] serão as mães de amanhã” (PORTO, 1942, p. 20-21), por meio da “preservação da moral”, da “preparação intelectual e física dessa juventude feminina” (COSTA, 2017, p. 67).

A idealização desse projeto por Darcy Vargas pode ser caracterizada como o início do trabalho filantrópico e assistencial que as primeiras-damas passariam a desempenhar em concordância com o ideário liberal voltado para o “respeito às normas”, o “estímulo à família”, o “amor ao trabalho” e o “culto ao progresso” (SIMILI, 2008, p. 106). Nesse período inicial, inúmeras atividades beneficentes foram promovidas pela primeira-dama para arrecadar proventos para o trabalho assistencial inspirado no formato do ‘american way of life’ que a partir de 1920 foi uma política de intervenção imperialista realizada através dos diferentes acordos firmados com os EUA.

Destaca-se o estímulo ao consumo do cinema hollywoodiano com seus “comprometimentos políticos e ideológicos” que serviam “eficazmente à política externa dos EUA” (HERNANDEZ, 2015, p. 41). As atividades beneficentes incluíam a presença de artistas, a exibição de filmes e as festas oferecidas na Zona Sul do Rio de Janeiro, nas quais as arrecadações eram revertidas para a construção das diferentes obras assistenciais, dentre elas, a Cidade das Meninas. Essas ações beneficentes foram amplamente divulgadas pela imprensa e “eram festas de ricos para ricos em benefício dos pobres que se assemelhavam ao que os Estados Unidos faziam” (COSTA, 2017, p. 65).

No que diz respeito à administração da obra assistencial, nota-se que, apesar das críticas feitas às instituições de caridade mantidas pela Igreja Católica no período anterior, a Igreja manteve seu domínio nesse setor assistencial ao longo dos anos e se adequou a cada mudança. A construção da Igreja Católica de grande porte no território da Cidade das Meninas, do cruzeiro na área central e da indicação de entregar a entidade para as Franciscanas Missionárias de Maria demarcaram a inserção da Igreja na Cidade das Meninas.

A continuidade da política de atendimento ao ‘menor’ permaneceu no governo de Eurico Gaspar Dutra. Isso porque, apesar de ser o sucessor de Getúlio Vargas, teve seu apoio para ser eleito e demarcou a continuidade do governo anterior em muitos aspectos, como na perseguição aos considerados ‘comunistas’. Assim, o término da gestão de Getúlio Vargas não significou o fim da atuação de Darcy Vargas na Assistência uma vez que já não era mais

primeira-dama nem significou o encerramento do projeto pensado – em fase final de construção – a Cidade das Meninas. Na próxima seção, procura-se apresentar as similaridades e descontinuidades entre o projeto idealizado por Darcy Vargas e a implementação da Cidade dos Meninos em Duque de Caxias.

### **A implementação da Cidade dos Meninos em Duque de Caxias: permanências e descontinuidades**

Em 1947, Levy Miranda se tornou administrador do projeto da Cidade das Meninas através da Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR). Inicialmente, o projeto seria direcionado pelas Franciscanas, no entanto, o núcleo religioso foi direcionado ao grupo dos vicentinos,<sup>20</sup> do qual Levy Miranda fazia parte. Conforme apresentado no Quadro 2, o projeto da Cidade das Meninas não foi a única instituição de asilamento coordenada por Levy Miranda.

**Quadro 2** Obras Assistenciais administradas e criadas por Levy Miranda

	ANO	LOCAL	INSTITUIÇÃO
01	1932	Barra Mansa – Estado do Rio de Janeiro	Asilo de idosos e do Orfanato Nossa Senhora do Amparo
02	1934	Bahia	Abrigo do Salvador;
03	1936	Bonsucesso – Cidade do Rio de Janeiro	Abrigo Cristo Redentor;
04	1938	Cidade do Rio de Janeiro	Instituto Profissional Getúlio Vargas;
05	1940	Vassouras – Estado do Rio de Janeiro	Patronato Agrícola de Sacra-Família. Atualmente, Escola Agrícola Rodolfo Fuchs;
06	1941	Ilha de Marambaia – Rio de Janeiro	Escola Técnica Darcy Vargas;
07	1942	Recife - Pernambuco	Obra Social;
08	1943	São Gonçalo – Rio de Janeiro	Patronato de Menores;
09	1944	Ilha do Governador – Cidade do Rio de Janeiro	Escola João Luiz Alves;
10	1945	Engenho Novo – Cidade do Rio de Janeiro	Instituto Natalina Janot;
11	1946	Santa Cruz – Cidade do Rio de Janeiro	Instituto Horácio de Lemos
12	1947	Duque de Caxias – Estado do Rio de Janeiro	Cidade dos Meninos. Atualmente, Cidade dos Meninos Darcy Vargas;
13	1951	Santa Cruz – Cidade do Rio de Janeiro	Escola de Lavradores e Vaqueiros Presidente Vargas. Atualmente, Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda;

Fonte: PONDÉ,<sup>21</sup> 1977.

<sup>20</sup> É uma denominação religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana composta por leigos e clérigos que integram a Sociedade de São Vicente de Paulo (LEMOS E GONÇALVES, 2022).

<sup>21</sup> PONDÉ, J. **Levy Miranda – Apóstolo da Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Empresa Editora Carioca Ltda, 1977. 384p.

Levy Miranda fundou e administrou obras assistenciais em diferentes estados. Ainda assim, Segundo Simili (2008), a direção da instituição foi oferecida ao médico João Kelly da Cunha, da Companhia Carris de Força e Luz do Rio de Janeiro que era colaborador e compunha alguns dos conselhos da FACR. Com a sua rejeição, Dutra entregou a Levy Miranda em 1946 com a solicitação de Darcy Vargas de que “não alterasse a finalidade da obra, uma vez que foram considerados os mais ‘modernos’ ditames do serviço social para a sua construção” (COSTA, 2017, p. 69-70). Ainda em 1946, o projeto foi incorporado à Fundação Abrigo Cristo Redentor, de Levy Miranda e passou a ser denominado como Cidade dos Meninos.

Aponta-se aqui, a passagem desse projeto por duas organizações da sociedade civil – a Fundação Darcy Vargas e a Fundação Abrigo Cristo Redentor – uma ligada diretamente ao governo do estado e outra ligada à Igreja Católica. A FACR foi criada em 1936 com a denominação de Obra de Assistência aos Mendigos e Meninos Desamparados da Cidade do Rio de Janeiro. Mais tarde, passou a se chamar Abrigo Cristo Redentor e em 1943 passou a se chamar Fundação Abrigo Cristo Redentor (FACR). O objetivo dessa obra assistencial era dar auxílio aos idosos e aos ‘menores’ desamparados com ensino primário e profissional.

De acordo, ainda, com o Ofício nº 152-52, de 25 de janeiro de 1952, a FACR desenvolvia atividades “na agricultura, pecuária e indústria, em cujas escolas, institutos e patronatos predomina o trabalho de menores abandonados e abrigados em fase de recuperação. na cultura de café, feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, aipim, batata doce, guando, abóboras, hortaliças e frutas diversas, na criação de gado vacum cavalariço e asinino, na industrialização do pescado e inúmeras outras atividades”.<sup>22</sup> A FACR atendia ‘menores’ com idade entre seis e dezoito anos. Embora tenha mudado a Fundação que administrava a Cidade dos Meninos, o princípio de condução dessa política se manteve através da direção das políticas sociais por meio de organizações da sociedade civil.

Indica-se que o Projeto da Cidade das Meninas foi mantido por Levy Miranda ao assumir a condução da organização. O objetivo principal continuava voltado para a educação para o trabalho da infância minorizada. Assim como, a difusão da ideologia de que era possível resolver o ‘problema’ que a situação do ‘menor’ tinha se tornado para a sociedade capitalista. Levy Miranda alegou que havia uma quantidade maior de meninos em situação de rua do que meninas e, portanto, cabia o redirecionamento do atendimento para as crianças e adolescentes do gênero masculino.

A organização interna da Cidade dos Meninos separava as crianças e adolescentes por faixa-etária, em quatro galpões: o Instituto Nossa Senhora da Paz, o Instituto Dom Bosco, o

---

<sup>22</sup> Acervo Fundação Abrigo Cristo Redentor. Ofício de 25 de janeiro de 1952. 001.7.

Instituto Domingo Sávio e o Instituto Profissional Getúlio Vargas. Conforme demonstra a fotografia 2, os institutos se ocupavam com atividades de devoção cívica aos símbolos nacionais, contribuindo para a formação moral do trabalhador nacional.

**Figura 2** Instituto Profissional Getúlio Vargas



Fonte: Acervo da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Álbum. 1978. 007.5.

Essa fotografia não tem referência de data. A captura dessa imagem revela uma parte da rotina das crianças e adolescentes em situação de asilamento na Cidade dos Meninos, mais especificamente, no Instituto Profissional Getúlio Vargas. Nela, pode-se observar os internos do Instituto Profissional Getúlio Vargas com o uniforme escolar formados para a atividade cívica de hasteamento da bandeira.

Um quinto galpão foi direcionado, exclusivamente, ao atendimento das crianças e adolescentes do gênero feminino: o Instituto Margarida Araújo. Além desses institutos, funcionaram duas escolas administradas pelo poder público estadual e municipal para estudantes asilados e moradores do entorno: o Grupo Escolar Darcy Vargas (1958) e a Escola Municipal Cidade dos Meninos (1970). Segundo Pondé (1977), essas escolas atendiam cerca de 630 e 840 estudantes respectivamente.

A relação com a Igreja Católica se encontra registrada em um quantitativo ampliado de fotografias no acervo pesquisado. A fotografia 3 compõe a seção da visita do Bispo de Petrópolis à Cidade dos Meninos que aconteceu em maio de 1978. Nesse período, ainda, não havia a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Então, o Bispo Dom Manoel Cintra respondia pela administração das igrejas católicas de Duque de Caxias que pertenciam à Diocese de Petrópolis.

**Figura 3** Visita do Bispo de Petrópolis à Cidade dos Meninos



Fonte: Acervo da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Álbum. 1978. 004.9.

Nota-se que os primeiros bancos foram ocupados por diversas autoridades e os ‘menores’ obedeciam a ordem estabelecida com os uniformes na respectiva cor que os inseria em cada instituto ao qual pertencia de acordo com a sua faixa etária. Ainda na ocasião dessa visita da autoridade da igreja na região, encontrou-se o registro sobre o trabalho na panificadora da Cidade dos Meninos. Como apresentado pela fotografia 4, registrou-se as autoridades que acompanhavam o Bispo Diocesano, embora não se tenha referência por escrito dos nomes das autoridades que estavam presentes. Na lateral, percebe-se a presença de Margarida Araújo que apresentava a atividade profissional considerada exitosa e que era desempenhada pelos ‘menores’ – a panificação de pães.

**Figura 4** Panificadora da Cidade dos Meninos



Fonte: Acervo da Fundação Abrigo Cristo Redentor. Álbum. 1978. 012.2.

A Fotografia 4 compõe o conjunto da visita do Bispo de Petrópolis à Cidade dos Meninos. Os produtos oriundos do trabalho dos ‘menores’ eram para consumo da própria

instituição, da FACR e ainda, vendido no entorno. Identifica-se a ação precípua da instituição que era o trabalho como forma de contenção e de educação para esses ‘menores’ asilados. Isso é algo que permaneceu nas instituições asilares até ser proibido o trabalho de ‘menores’ pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

Ao longo do tempo, apesar dos estudos apontarem que o internamento não era a melhor estratégia no tratamento da questão do ‘menor’ não foi suficiente para que tal prática fosse interrompida. Essa ação foi acrescida do trabalho como dimensão moral e de ‘salvação’ para essa infância em situação de pobreza. É nesse contexto de educar esses ‘menores’ para o trabalho através da assistência para atender a necessidade do capitalismo que a industrialização possibilitou o disfarce do aprofundamento da desigualdade social e das mazelas geradas pelo sistema associados ao trabalho não remunerado sob as bênçãos da religião e da filantropia.

### **Considerações Finais**

A profusão de congressos científicos latino-americanos com a participação de diversos profissionais (médicos, juristas, políticos, educadores etc.) contribuiu para a implementação de políticas públicas na área da assistência de ‘menores’ que se consolidou nesse período. Isso no contexto brasileiro de ditadura varguista, possibilitou que Leonídio Ribeiro através do Laboratório de Biologia Infantil difundisse as ideias fascistas italianas que referendavam a internação de ‘menores’ com ações repressoras baseadas na Eugenia que a partir da Cidade dos Menores da Itália trouxe reflexos ao projeto da Cidade das Meninas de Darcy Vargas.

A consolidação das profissões ligadas à assistência com a adequação da atuação da Igreja Católica Apostólica Romana que transformou o seu fazer caritativo em filantrópico subsidiado pela subvenção estatal permitiu que a Igreja não perdesse sua atuação na área assistencial – apesar de todas as críticas que recebeu pelo alto índice de mortalidade nas instituições administradas por ela. Essa permanência da Igreja foi reafirmada na condução das obras assistenciais, como também, na formação de profissionais que passariam atuar na Assistência Social.

O asilamento com o viés da educação para o trabalho como solução para escamotear as mazelas da desigualdade social que se adensavam a partir do intenso processo de industrialização brasileira permitiram que instituições assistenciais como a Cidade dos Meninos fossem instauradas no município de Duque de Caxias por longos anos. Esse tipo de abrigo na sua essência, educava o ‘menor’ que antes perambulava pelas ruas através do controle para um trabalho subalterno que o conformava na sua condição de trabalhador ‘útil à pátria’.

## REFERÊNCIA

BOTAS, N. C. A. **Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI.** Tese (Doutorado na Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2011.

BRAZ, A. A. e ALMEIDA, T. M. A. de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a História da Cidade. Duque de Caxias.** Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2010.

COSTA, M. S. T. da. Instituições e Projetos Ruralistas de Educação na Baixada Fluminense (1932-1989). In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO NO CAMPO. JORNADA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CAMPO. JORNADA HISTEDBR. EDUCAÇÃO NO CAMPO: HISTÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS ATUAIS.** III, V, XII, 2015, São Carlos, São Paulo. **Comunicação** São Carlos, SP: UFSCAR, 2015, p. 1-17.

\_\_\_\_\_. **Patronato São Bento: assistência, escolarização e trabalho para menores em Duque de Caxias (1950-1969).** 296f. Dissertação (Mestrado em Educação). Duque de Caxias/RJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, 2017.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra.** Tradução Analia C. Torres. Edições Afrontamento, 2008.

GÓES, W. L. Racismo, Eugenia no Pensamento Conservador Brasileiro: A Proposta de Povo em Renato Kehl. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Marília, SP, Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

GÓIS JÚNIOR, E. Ginástica, Higiene e Eugenia no Projeto de Nação Brasileira: Rio de Janeiro, Século XIX e Início do Século XX. **Revista Movimento.** Porto Alegre/SC, v. 19, n. 01, p. 139-159, jan./mar.2013.

HERNANDEZ, P. S. R. **Cinema política da boa vizinhança: a expedição de Walt Disney ao Brasil.** 168f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LEMOS, F. N. da S. S. e GONÇALVES, M. C. da S. O trabalho inclusivo dos Vicentinos na região de São Sebastião – Brasília/DF: um estudo de caso sobre o Terceiro Setor na Conferência Nossa Senhora das Graças. **Revista Mutidisciplinar – Humanidades e Tecnologias (FINOM).** Minas Gerais, v. 34, abr./jun. 2022, p. 184-197.

LIMA, L. M. M. de. **O olhar das instituições de previdência sobre a casa e a cidade: promoção, financiamento e avaliação de imóveis.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Natal/RN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

MACIEL, M. E. De S. A Eugenia no Brasil. **Revista Anos 90.** Porto Alegre/SC, n. 11, p. 121-130, jan. 1999.

MILAGRES, P.; SILVA, C. F. da e KOWALSKI, M. O Higienismo no Campo da Educação Física: estudos históricos. **Revista Motrivivência**. Florianópolis/SC, v. 30, n. 54, jul. 2018, p. 160-176.

PONDÉ, J. **Levy Miranda – Apóstolo da Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Empresa Editora Carioca Ltda, 1977. 384p.

PORTO, R. **Cidade das Meninas**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

RODRIGUES, T. C. **De Iguassú a Duque de Caxias: o processo de urbanização do início do século XX ao da década de 1970**. Monografia (Especialização em Política e Planejamento Urbano). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SIMILI, I. G. **Mulher e Política. A trajetória da – primeira-dama – Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SIMÕES, M. R. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. 313f. Tese (Doutorado do Instituto de Geociências). Niterói/RJ, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SOARES, M. V. de M. B. **A UDN e o Udenismo – Ambiguidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. 400f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980.

SOUZA, M. S. de. **Escavando o passado da cidade: História política da cidade de Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2014.